

MPV-358

00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data		Proposição Medida Provisória nº 358/07			
autor Deputado RODRIGO MAIA Nº do prontuário					
1 🗆 Supressiva	☐ Supressiva 2. ☐ substituti		3. X modificativa	4. 🗌 aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo		Parágrafo TEXTO / JUSTIFICAÇ	Inciso	alínea
Dê-se a seguinte redação ao <i>caput</i> do art. 4° da Lei n° 11.345, de 2006, alterado pela Medida Provisória n° 358: "Art. 4°. Mediante comprovação da celebração do instrumento de adesão a que se refere o art. 3º desta Lei, as entidades desportivas que exercerem a faculdade a que se refere o § 9º do art. 27 da Lei n° 9.615, de 24 de março de 1998, poderão parcelar, em até 240 prestações mensais, seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2006, com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, inclusive os relativos às contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001. § 1º No caso das demais entidades desportivas, sujeitas ao § 11 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 1998, o parcelamento será pago em até 180 (cento e oitenta) prestações mensais. ""					
JUSTIFICATIVA					
Cuida a presente emenda de implantar mecanismo de incentivo à adoção de fórmula empresarial de gestão do futebol, mais adequada ao seu atual perfil. Assim, admite-se prazo mais extenso – 240 meses – para o parcelamento de entidades que tenha adotado formato profissional de gestão, mantendo para as demais entidades o limite de 180 parcelas. Trata-se de medida que visa estimular a modernização da gestão do futebol profissional, de modo a inibir a necessidade de novos mecanismos de recuperação fiscal para clubes que, em face de sua estrutura amadora, vêm acumulando sucessivos escândalos administrativos, como demonstrou a CPI do Futebol do Senado Federal.					
PARLAMENTAR					
100 FE					